



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de implementação do Programa de Medicamentos Fracionados  
Palácio do Planalto, 10 de maio de 2006**

Na verdade, não estava previsto que eu falasse aqui, hoje, a não ser para agradecer. Eu estou vendo aqui muitas pessoas ligadas à área da saúde, muitos médicos, muitos conhecidos antigos, antigos não porque são velhos, é porque nos conhecemos há mais tempo.

E essas coisas poderiam ter acontecido há um ano, dois anos atrás, se nós não tivéssemos, muitas vezes, os empecilhos da própria legislação, os empecilhos da burocracia e as dificuldades que, muitas vezes, não permitem que a gente trabalhe com a pressa que nós gostaríamos de trabalhar.

Queria dizer a vocês que, ainda em 2004, eu recebi de uma pessoa, no meu gabinete, a idéia de que a gente poderia introduzir, no Brasil, o remédio fracionado. Naquela ocasião, eu chamei o ministro Humberto Costa, pedi para ele estudar e houve um primeiro estudo feito que dizia que não era possível, que era muito difícil fazer isso, até que a mesma pessoa que me comunicou me disse: “mas já existe em vários países do mundo”. Ora, se já existe em vários países do mundo, por que não pode existir no Brasil?

E eu me dei conta de que muitas vezes as coisas não acontecem porque as pessoas têm medo, o que também é normal, de fazer coisas novas. Já está tudo acontecendo, deixa do jeito que está, para que fazer mudança?

Isso tinha acontecido, Agenor, com a Farmácia Popular. O primeiro estudo que eu pedi, da Farmácia Popular, o Dulci estava na reunião, me veio um parecer contra, com 13 razões pelas quais a gente não podia introduzir a Farmácia Popular. E eu disse, na época, o seguinte: bom, eu posso arrumar um parecer com 13 razões pelas quais a gente pode fazer a Farmácia Popular. Parecer por parecer, você contrata o parecer que você quiser. Está aqui o



Cassioni, que é advogado, e sabe que não tem parecer contra a pessoa que pede o parecer.

E eu achava que era extremamente importante fazer a Farmácia Popular, porque tem uma parcela da sociedade que vai ao SUS e consegue sair do médico com o seu remédio. Mas tem uma parcela que não vai ao SUS e que, tanto quanto aquelas que vão ao SUS, termina não tendo o dinheiro para comprar o remédio.

E, como eu sou um peregrino, eu ando muito por este país, não foram poucas as vezes em que eu encontrei pessoas, na rua, com a receita na mão, que me entregavam a receita, pedindo para que a gente arrumasse o dinheiro para comprar o remédio ou dizendo que o médico tinha receitado remédio há não sei quanto tempo e que elas não tinham podido comprar o remédio.

Ou seja, não tem nada mais desagradável do que uma pessoa ir ao médico – e ninguém vai ao médico para pegar uma receita, as pessoas vão ao médico para tentar encontrar uma razão para a sua cura – e receber a receita desse médico, e chegar em casa e guardá-la, porque não pode comprar o remédio.

E podem ter certeza, vocês que são médicos, os deputados, ultimamente não andam passando receita para ninguém, mas quem já clinicou sabe: quantas vezes vocês passam remédio para um paciente – cliente é de advogado, para médico é paciente – e, depois, no retorno, ele comunica a vocês que não pôde comprar o remédio, não é isso? Se o médico tem o coração grande, bom, pega aquelas amostras grátis e deixa lá e, na medida do possível, ele vai dando para os clientes mais pobres. Senão, ele leva, às vezes, para o consultório dele e faz da amostra grátis o que ele bem entender.

Eu fui diretor do Departamento Médico no Sindicato dos Metalúrgicos e a minha grande briga era para que os médicos deixassem as amostras grátis no ambulatório do Sindicato e não levassem para o seu consultório, o que, às vezes, acontece.



Pois bem, então a Farmácia Popular, e eu quero cumprimentar o Ministério da Saúde pela obra de engenharia, na medida em que a gente não consegue fazer com rapidez as farmácias populares nas cidades, porque depende de convênio com prefeitos, e em época de eleições prefeito de um partido não gosta de fazer convênios com quem é de outro partido político. Tudo uma bobagem, porque ninguém está pensando em eleição, você está pensando é em saber se uma pessoa que você nem conhece vai ter acesso a um remédio que ela até então não podia ter.

Como estavam demorando as Farmácias Populares nós, então, através do Ministério da Saúde, fizemos um convênio com a rede de farmácias e saímos de cento e poucas que já estavam prontas para mil e 600 farmácias populares, onde as pessoas podem comprar remédios até 90% mais baratos do que eles compram no mercado.

E o remédio fracionado é uma complementação disso, por quê? Porque cada um de nós – os médicos talvez não tenham, não sei se deputado e deputada têm –, mas duvido que exista um brasileiro ou uma brasileira que não tenha uma farmácia de remédios vencidos em casa, duvido. Até porque é quase que uma coisa cultural. Às vezes, um médico receita para a pessoa tomar 10 comprimidos, mas o cidadão tomou três e melhorou, ele pode tomar o quarto ou quinto, normalmente ele pára de tomar. E vai juntando comprimido, vai juntando colírio, vai juntando remédio para pingar no nariz, aí, você acorda de noite com uma dor de cabeça, com uma enxaqueca, com uma coisa qualquer, você vai procurando o primeiro que você encontra. Tem “nego” que coloca remédio no nariz que era para colocar nos olhos, tem “nego” que coloca nos olhos o que era para colocar no nariz. Ou seja, na verdade, o que nós queremos é dar ao cidadão, que tomar um comprimido porque ele está com dor de cabeça, o direito de comprar só um, porque ele não precisa comprar, como diria a minha mãe se fosse viva no Nordeste, um “cachete”. Ele quer comprar



um comprimido, então ele vai lá e pega um. Às vezes, ele não tem dinheiro para comprar quatro, mas ele pode ter dinheiro para comprar um.

Bem, vocês sabem que é difícil essas coisas no Brasil. Você, que está assumindo agora o controle disso, meu caro Manuel Roberto da Cruz, que é agora o nosso diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e de Insumos Estratégicos. Tudo o que a gente apresenta, também os laboratórios resistem, alguns mais que outros.

Então, vejam vocês, nós já assinamos um decreto com dois laboratórios, que já têm uma quantidade de remédios disponibilizados em toda a rede de farmácias no Brasil. E o Brasil, para ter farmácias e padarias, não perde para ninguém: são 55 mil farmácias ao todo no Brasil. É estimativa.

Pois bem, então todas essas farmácias terão disponibilidade, agora, de remédios desses dois laboratórios. São quantos remédios ao todo? Cento e sessenta remédios. Tem mais quatro laboratórios que já entraram com o pedido na Anvisa. Eu espero que a Anvisa seja muito rápida na apreciação, porque nem sempre, também, a gente funciona com a rapidez que a gente precisa. Às vezes, o tempo das agências não são o tempo da sociedade, nem tampouco o do Presidente. Mas, de qualquer forma, eu acho que a Anvisa prestou um trabalho enorme desde a última reunião que nós fizemos; acho que o Ministério da Saúde assumiu de forma muito ousada o cumprimento dessa tarefa, e nós estamos aqui hoje, colhendo. E, na verdade, estou passando um pouco a bola para os deputados, porque o projeto de lei precisa ser aprovado para que a gente tenha, então, a obrigatoriedade, por lei, de que todo remédio vendido no Brasil, salvo aqueles que não podem ser vendidos, seja vendido de forma fracionada, para que a pessoa democraticamente possa comprar apenas os remédios de que precisa.

Eu acho que essa medida ajuda de forma extraordinária todos os brasileiros, independentemente das pessoas serem pobres ou ricas, dependendo da qualidade do uísque que toma de noite, se for um de



qualidade, não vai ter dor de cabeça, não vai ter enxaqueca, não vai precisar de remédio. Mas se for um de qualidade um pouco mais baixa, vai precisar. Então, independentemente da origem social, a pessoa vai poder escolher o remédio para comprar. Ganham as pessoas mais pobres, que são as pessoas que muitas vezes têm dificuldade de comprar o remédio. Eu acho que ganha o Brasil. Ganha o Brasil, porque demonstra claramente que, do ponto de vista de modernização, do ponto de vista do avanço na área da saúde, na área do trato das pessoas que precisam de saúde, nós não ficamos devendo nada a ninguém.

Habitualmente, algumas pessoas no Brasil diziam: “se é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”. Então, se os Estados Unidos têm, então vamos ter no Brasil. Se é bom para a Europa, é bom para o Brasil. Tem na Europa, vamos ter no Brasil e, por felicidade, somos o primeiro país da América Latina a montar isso. Quem sabe, a partir dessa disposição do Brasil, a gente possa fazer com que, em toda a América do Sul e América Latina, as pessoas adotem essa prática. E os laboratórios vão descobrir que não é nada contra eles. Com muita facilidade, eles vão perceber que vão poder continuar ganhando dinheiro, a mesma coisa; vendendo os remédios, a mesma coisa; produzindo a mesma coisa, apenas vão ter que comprar uma maquininha a mais para poder fazer... tomar aqui o meu fracionado, que eu tanto precisava... e vai ter gente que vai gostar de remédio fracionado que, logo, logo, quando tiver todos, as pessoas vão... Isso, eu acho extremamente simples, poderia estar acontecendo há meio século ou há um século, e não está. Porque, normalmente, o interesse nunca teve a participação do usuário. Agora, não. Agora o cidadão chega lá, o médico pediu dois, ele pede só dois. Ele não tem três reais, ele só tem um real para comprar dois, ele compra só dois e vai para casa tomar um, dois dias. No outro dia o Roberto empresta mais um pouquinho de dinheiro para ele, ele compra mais dois... E assim nós vamos democratizar, definitivamente, a saúde no Brasil.



Eu não sei se os médicos atentaram para uma coisa: na apresentação, ele colocou lá tratamento médico e odontológico. Eu já achei um avanço extraordinário a palavra odontologia entrar onde tem a palavra médico, porque no Brasil eram duas coisas tão díspares, em que a gente não via um único convênio feito neste país para tratar do dente, porque boca não era tratada como questão de saúde pública. Por quê? Eu digo todo santo dia para as pessoas ouvirem, até ficarem cansadas de mim. Dor de dente, neste país, não é dor de rico, é dor de pobre. Então, para que tratar de dente de pobre? Quem fica banguela é pobre, não é rico. O rico, só quando a natureza toma conta. É o pobre que perde o dente com 14, 16, 17 anos, então é para ele que nós temos que ter, de forma preferencial, uma saúde bucal digna, decente e respeitável.

Então, eu acho que o aperfeiçoamento do SUS, com a extraordinária capacidade de atuação da Bancada da Saúde no Congresso Nacional, com a Farmácia Popular, com a Fábrica de Manguinhos produzindo remédio a todo vapor, com o barateamento do remédio para o coquetel de combate à Aids, com a Farmácia Popular e os convênios com a rede de farmácias e, agora, com o remédio fracionado, nós estamos caminhando de forma muito rápida para que a gente possa atingir um estágio muito mais digno na saúde brasileira.

Além de agradecer ao Agenor, ao Saraiva, ao Humberto Costa, que foram os três ministros que passaram por aqui, além de agradecer aos funcionários e aos técnicos da Anvisa, eu quero dizer que tem uma pessoa que se dedicou a isso com uma presteza fantástica, que foi a ministra Dilma Rousseff, que não está aqui. A Dilma é daquelas pessoas que, quando a gente dá uma tarefa para ela, saiam da frente, porque ela não descansa enquanto não faz. E, no começo, parecia difícil. No começo, parecia muito difícil, não é, Agenor? Parecia difícil, tem dificuldades aqui e ali... Eu falei “Dilma, é tua tarefa, nós precisamos fazer isso antes de eu viajar para o Encontro América do Sul-Europa”, e hoje estamos aqui anunciando. Espero que vocês possam



desfrutar do remédio fracionado e espero que o povo brasileiro possa ter logo, logo, isso produzido por todos os laboratórios no Brasil.

Eu sei que os deputados, e aqui é um apelo aos deputados, um grande apelo, que é o seguinte: eu sei que nós estamos entrando em um período pré-eleitoral muito delicado em que, a partir de junho, menos gente virá para Brasília e mais gente vai estar no seu estado fazendo campanha, o que eu acho normal. Agora, a gente não pode deixar um projeto desses cair na gaveta e ficar um ano, dois anos lá esperando. Se vocês quiserem, com um pouquinho de pressão aqui ou ali, a gente coloca isso na pauta muito antes do hábito tradicional do nosso Congresso.

Por isso, meus parabéns, Agenor, meus parabéns a todos que contribuíram para que nós chegássemos no dia de hoje: aos laboratórios, ao pessoal da Anvisa, e, sobretudo, eu acho que a gente deveria dar parabéns ao povo brasileiro, que vai ter mais uma possibilidade e facilidade de ter acesso a melhorar a sua saúde.

Muito obrigado pela presença de vocês.